

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mara Délia de Lima

Concordam comigo ou será que eu tô errado?
A opinião através do *Brasil Urgente*.

Porto Alegre
2009

Mara Délia de Lima

Concordam comigo ou será que eu tô errado?
A opinião através do *Brasil Urgente*.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Tadeu César

Porto Alegre
2009

AGRADECIMENTOS

Apesar de sermos cada vez mais individualistas, sempre aparecem situações que contestam nossa presunção de auto-suficiência. Ainda bem, pois aí percebemos que precisamos do outro e que não realizamos nada sozinhos.

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram (ou que pelo menos não atrapalharam) de alguma forma para a conclusão deste trabalho:

- ⇒ Professor Benedito Tadeu César, pela orientação e seus pertinentes comentários. Mesmo estando atarefado ele aceitou essa “bomba”;
- ⇒ André, que me ajudou na parte da tecnologia;
- ⇒ Márcia, pelo abstract;
- ⇒ Colegas da BSCSH, que entenderam minhas crises epistemológicas e de nervos, além de me divertirem em alguns momentos. Um beijo da bolsista biônica;
- ⇒ Professor da UFPB, Samir Perrone de Miranda, que mesmo estando “desgarrado dos pampas”, deu-me as primeiras indicações para a realização da pesquisa.
- ⇒ Meus pais, pela base de sempre.

Muito obrigada.

*Eu sou o autor de muitos originais e de nenhuma originalidade.
(Nelson Rodrigues)*

*Vamos velejar no mar de lama
Se faltar o vento, a gente inventa
Vamos remar contra a corrente
Desafinar do coro dos contentes.
(Humberto Gessinger)*

*Os alunos da engenharia gastam 3% de massa cinzenta em uma semana, os alunos de
ciências sociais gastam isso durante o curso.
(Professor aposentado da UFRGS)*

RESUMO

Este trabalho analisa a mídia televisiva brasileira como formadora de opinião sobre violência, criminalidade e segurança pública a partir do estudo de caso do Programa *Brasil Urgente*, telejornal veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão (BAND), tendo como perspectiva teórica o interacionismo simbólico.

Palavras-Chave: Mídia Televisiva, Programa *Brasil Urgente*, Opinião Pública, Violência.

ABSTRACT

This paper analyzes the Brazilian television media as an opinion maker about violence, criminality, and public security based on a case study research on *Brasil Urgente* TV program - a newscast by Rede Bandeirantes de Televisão (BAND). This research presents as theoretical perspective the symbolic interactionism.

Keywords: Television, *Brasil Urgente* TV program, Public Opinion, Violence.

SUMÁRIO

1 Chamando o (Tele) espectador: introdução	7
2 A mídia televisiva e a opinião pública	10
3 Procedimentos metodológicos	19
3.1 Coleta de dados.....	19
3.2 A escolha das técnicas: estudo de caso e análise de conteúdo	19
3.3 Do drama à trama: o referencial teórico	22
4 A opinião através do <i>Brasil Urgente</i>: análise dos dados	25
4.1 A temática e a linguagem	25
4.2 A rotina de apresentação e a substituição do “insubstituível”	26
4.3 O apelo à emoção	28
4.4 A “polícia na rua” e a prestação de serviço	30
4.5 O canal de comunicação com o telespectador: torpedos, e-mails, enquetes e twitter	32
4.6 Discutindo as opiniões e a dramatização	36
5 Considerações finais	41
Referências	43

1 Chamando o (tele) espectador: introdução

O tema deste trabalho - a mídia televisiva brasileira como formadora de opinião sobre violência, criminalidade e segurança pública - une diretamente os três temas como variáveis interdependentes que se refletem no dever do Estado de proteger o cidadão e fazer valer seu direito de ir e vir.

Nosso interesse pelo tema deve-se aos altos índices de criminalidade no país e seu reflexo na mídia. O Brasil detém uma das maiores taxas de homicídios no mundo, com aproximadamente 48 mil mortes por ano, além de taxas crescentes de crimes contra o patrimônio (SENASP, 2008 *apud* Ministério da Justiça, 2009). Este cenário repercute na imprensa em geral, que destina grande espaço ao tema da violência e às conseqüências de sua ocorrência cotidiana na vida de toda a população.

Muitas vezes os discursos acerca da violência, criminalidade e segurança são apaixonados e radicais, contaminados por uma ou outra ideologia, também por tocarem em questões psicológicas do instinto humano e por estarem pulverizadas em várias manifestações culturais.

A temática da criminalidade e dos meios de controlá-la carrega, por sua própria natureza, um forte apelo emocional. Facilmente o medo se converte em caldo de cultura para demandas vingativas e autoritárias, sobretudo quando amplificado pela mídia e manipulado por interesses políticos. No Brasil, onde os problemas de segurança vêm ganhando dimensões epidêmicas, são poucas, ainda, as pessoas e instituições dedicadas a estudá-los seriamente, assim como são muito precários os dados disponíveis para fundamentar diagnósticos precisos e políticas eficazes de redução da violência e do crime. (LEMGRUBER, 2002, p. 155).

A pesquisa que embasou este trabalho se realizou no mesmo período em que aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG).¹ Esse evento teve como objetivo principal “definir princípios e diretrizes orientadoras da política nacional de segurança pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental” (BRASIL, Ministério da Justiça, 2009, p. 17).

No Brasil, a televisão é, com larga vantagem, o tipo de mídia dominante. De acordo com dados do IBGE, 93,1 % dos *domicílios particulares permanentes urbanos* possuem TV em cores, número que ultrapassa os possuidores de geladeira – 92,7 % (IBGE, PNAD, 2005).

¹ 1ª CONSEG, realizada de 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília – DF.

A grande repercussão de uma notícia somente é atingida quando a TV passa a transmiti-la, unindo imagem e som apropriados com personalidades dotadas de carisma e credibilidade junto aos telespectadores, ela mostra sua empatia, legitimidade e alcance público.

Por ocupar este lugar de destaque na disseminação da informação, os canais de televisão abrem grandes espaços para determinados tipos de programa que exploram os mais variados assuntos, se auto-intitulam *formadores de opinião* e caem no gosto popular, além de gerarem lucro para as emissoras através de contratos publicitários.

Após realizar a pesquisa exploratória, podemos observar que o Programa *Brasil Urgente*, nosso objeto empírico, é relevante para análise devido a suas particularidades, como a ênfase em temáticas violentas e a linguagem próxima ao telespectador.

O Programa *Brasil Urgente* existe desde 2001 e é veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão (BAND), canal 10 de Porto Alegre. Para o Estado do Rio Grande do Sul ele é transmitido de segunda à sexta, tendo aproximadamente 1 hora e 25 minutos de duração, sendo que às 18 horas e 50 minutos ele é cortado, quando cede lugar à programação regional e segue transmitido para São Paulo. Embora o programa dê centralidade a acontecimentos no Estado e, principalmente, na cidade de São Paulo, ele mantém conexões com telejornais em algumas das principais capitais brasileiras², abordando ocorrências em várias partes do país.

O *Brasil Urgente* está definido na grade da emissora como um telejornal³, na seção de jornalismo da BAND. O apresentador José Luiz Datena se refere ao programa como telejornalismo policial ou investigativo, área onde ele relata sua vasta experiência⁴.

Mesmo havendo o discurso da imparcialidade pelos meios de comunicação, alguns programas assumem uma forma diferenciada de lidar com o público - “Com uma linguagem coloquial e opinativa, o Brasil Urgente dispensa os formatos tradicionais, assumindo a flexibilidade e o dinamismo, disposto a ‘mexer muito na linguagem do telejornalismo, deixando de lado a camisa de força que se vê por aí’”⁵.

Muitas questões tidas como relevantes e postas para deliberação com a sociedade, são condicionadas pela visibilidade que elas têm na mídia. Pelo seu poder publicitário

² Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

³ Para uma descrição detalhada das características do programa *Brasil Urgente* ver: LANA, Lígia Campos de Cerqueira. Cap. 2: Caracterização do Brasil Urgente. In: Telejornalismo dramático e vida cotidiana. Estudo de caso do programa *Brasil Urgente*. 2007. 118 p. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

⁴ O jornalista trabalhou em outra emissora com programa de formato semelhante.

⁵ Excerto do texto de apresentação do programa *Brasil Urgente* disponível em <<http://www.band.com.br/brasilurgente/sobre.asp?ID=14>>.

massificador, especialmente através da televisão, a mídia tem a capacidade de apresentar supostas preocupações públicas como urgentes e necessárias. Transmitindo idéias e valores, ao mesmo tempo, para muitas pessoas, a televisão destaca o que é “o assunto do momento”, pautando discussões diárias no âmbito familiar, profissional e público da população.

Assim, pela abrangência que a televisão tem em nossa sociedade ao transmitir culturas, valores e visões de mundo, consideramos pertinente analisar este espaço de propagação da *opinião pública*, onde e como é transmitida, a partir do estudo de programas como o *Brasil Urgente*, que há oito anos apresenta, diariamente, pautas “importantes” para o público, destacando o cotidiano de violência e medo em que vivemos.

Nosso principal objetivo é analisar a exposição e os comentários sobre matérias violentas no *Brasil Urgente*, visando compreender a avaliação deste programa sobre a ação do Estado no combate à violência, além de estudar a participação dos telespectadores nos espaços que são abertos para sua expressão e averiguar como o programa busca legitimar a exposição de sua opinião.

Partimos da hipótese de que ao incorporar o discurso da prestação de serviço público e da responsabilidade social que a mídia em geral utiliza o programa *Brasil Urgente* se coloca como transmissor da “opinião pública” do telespectador, pois ao noticiar uma de nossas mazelas sociais – a violência cotidiana - ele mostra que está prestando um serviço à sociedade, informando e debatendo, de forma responsável, a questão da segurança com a população brasileira. Assim, através da exploração da temática da violência, ele transmite uma avaliação negativa sobre a ação do Estado como provedor de segurança como uma opinião unânime da população brasileira.

Problematizamos o seguinte: Como o “jornalismo opinativo” do *Brasil Urgente* emite sua opinião? Qual o papel da veiculação de temáticas violentas para transmitir ao público a visão apresentada no programa sobre as ações do Estado acerca da segurança pública?

Como referencial teórico para esta pesquisa, utilizaremos principalmente conceitos ligados ao interacionismo simbólico, especialmente os da obra de Erving Goffman, a teoria weberiana da dominação, enfatizando a dominação carismática, teorias recentes sobre a mídia enquanto espaço de disseminação de idéias e concepções sobre opinião pública.

2 A mídia televisiva e a opinião pública

A mídia, mais especificamente o jornalismo televisivo, é um campo muito rico para a realização de observações sobre representações sociais, cultura, comportamento, opinião pública e, no caso desta pesquisa, a formação de opinião através da espetacularização da violência. Por atingir um número massivo de pessoas, ser rápida (resumida e objetiva) e assimilável, a televisão mostra-se um espaço consagrado de disseminação da informação, pois os valores e ideologias que ela transmite permeiam o cotidiano da sociedade.

Embora seja uma área bastante discutida, não há consenso sobre a influência que exerce ou o que/quem representa. Ouve-se falar em quarto poder, manipulação, responsabilidade social, prestação de serviço público; são vários discursos, para todos os gostos e todos os públicos. Há basicamente o discurso do empresário da mídia (o dono do meio de comunicação), o dos profissionais da área, o dos intelectuais e o do público, são visões variadas com interpretações variadas e não raro totalmente divergentes; com pesos e paixões diferentes. Cada um procura apresentar seu ponto de vista, algumas vezes, rivalizando com o do outro.

Segundo Pratick Charaudeau (2007), a televisão tem uma finalidade ambígua. A profissão de informar justifica que a mídia atua enquanto um organismo especializado que responde a uma demanda democrática e um serviço em benefício à cidadania, mas há também a lógica comercial, onde ela atua como uma empresa numa economia de tipo liberal, em situação de concorrência com outras empresas. Assim, não é possível usar um discurso único em favor da filantropia ou do mercado da comunicação. É preciso entender que se cria uma cadeia onde todas essas facetas apresentam-se como justificadoras e como produtos da atividade midiática.

Charaudeau (2006) se dedica de modo sistemático ao discurso televisivo e às mudanças no seu processo de produção. Ele indica que atualmente existe uma maior aproximação entre apresentador e telespectador, com ausência de formalismos, na tentativa de criar maior identificação entre eles. O resultado disso seria o forte controle do programa, maior reciprocidade e maior confiança no que está sendo dito e visto, ou seja, a mídia parece estar refletindo as idéias da sociedade que a assiste. O autor chama a atenção para o fato de que à lógica da informação, que exige credibilidade no tratamento das notícias, se sobrepõe uma lógica de mercado, exigindo resultados quantitativos: “O dizer das mídias deixou o que deveria ser um discurso da constatação, da informação, do testemunho (o jornalista

permanecendo de fora) e passou a uma **denúncia** generalizada (o jornalista se envolvendo sem dizê-lo)". (CHARAUDEAU, 2006, p. 294, grifo do autor).

Autores como Marilena Chauí (2006) e Luiz Felipe Miguel (2002) destacam o poder da mídia enquanto espaço de discussão e de formação de pautas políticas e sociais. Marilena Chauí (2006) destaca que os discursos dominantes na mídia refletem os discursos e as visões de mundo da classe dominante (entendida como de direita). Ancorada numa perspectiva marxista, esta autora apresenta um panorama de relações entre dominantes e dominados nas práticas de mediação, as quais não estimulam o pensamento crítico e a pluralidade de interesses da sociedade.

A partir de um enfoque teórico diferente, Luiz Felipe Miguel (2002) esboça um modelo para a compreensão da relação entre mídia e política capaz de apreender a interconexão entre as duas esferas e a centralidade crescente que os meios de comunicação atingem atualmente no jogo político. O autor trabalha com o fato de a política não ter se tornado um ramo do entretenimento ou da publicidade, pois esses ramos são regidos por lógicas e objetivos distintos. A principal ferramenta conceitual usada por ele é a noção de *campo*, desenvolvida por Pierre Bourdieu. Mídia e política são entendidas como campos relativamente independentes, mas sobrepostos, já que interferem, e muito, um no outro.

Para Miguel (2002), a mídia é o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos. No entanto, segundo o autor, os discursos que a mídia veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses da sociedade e mais do que uma suposta "neutralidade" dos meios de comunicação, é o pluralismo que deveria ser atingido, mas ele é bloqueado, muitas vezes, pelos mecanismos de mercado. Nesse ponto há uma convergência com a análise realizada por Chauí (2006).

Ao se analisar a mídia, especialmente a televisiva, o conceito de *opinião pública* deve ser considerado, pois está relacionado aos meios de comunicação. Na televisão, o termo "opinião pública" é invocado e tratado como uma "coisa", um "ente". Constantemente assistimos chamadas do tipo: tal fato abalou a opinião pública; a opinião pública é contra tal medida. E como não lembrar do Deputado Sérgio Moraes (PTB-RS) que foi notícia em toda imprensa ao declarar que estava "se lixando para a opinião pública". Ironicamente, depois desse episódio, ele tornou-se mais conhecido, pois a "opinião pública" da mídia lhe conferiu notoriedade.

Para iniciar a discussão sobre esse termo, é importante ressaltar a diferenciação que faz Gabriel Tarde (1992) entre público e multidão. Para o autor, o público é uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados cuja

coesão é inteiramente mental. Já a multidão é um ajuntamento desordenado de indivíduos que não possuem o sentimento de contágio sem contato, abstrato, porém real, de quem compartilha uma evolução mental. A multidão é momentânea e uma só; as pessoas formam uma única multidão, enquanto podem pertencer a vários tipos de público. A multidão se rende às paixões momentâneas de quando estamos em contato físico e provocamos reações mútuas por estarmos tomados por emoções, sendo assim, mais submetida às forças da natureza do que o público, que mesmo disperso, dispensa esse tipo de contato e se conecta por meio do compartilhamento de idéias (TARDE, 1992).

Segundo Tarde (1992), a idéia de público só nasce após o desenvolvimento da imprensa a partir do século XVI, tem um “boom” na segunda metade do século XVIII, especialmente no transcorrer da Revolução Francesa, com o surgimento de um público político e de um jornalismo profissional, e avança ainda mais no XIX com “os meios de locomoção aperfeiçoada e de transmissão instantânea do pensamento a qualquer distância” (TARDE, 1992, p. 37).

A opinião, para o autor, é “um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares de pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade” (TARDE, 1992, p. 83). E ainda, “apesar das divergências e da multiplicidade dos públicos que coexistem e se misturam numa sociedade, tais públicos parecem formar juntos um único e mesmo público, por seu acordo parcial em alguns pontos importantes; e é isso o que chamamos de *opinião*, cuja preponderância política não cessa de crescer” (TARDE, 1992, p. 49, grifo nosso).

Para Tarde (1992), os públicos têm uma espécie de poder e provocam uma reviravolta nos costumes, fazendo a inovação suceder à tradição e substituindo as divisões entre os variados tipos de associação humana por segmentações variáveis de pensamento em comum. Podemos ver que para Tarde a idéia de opinião só existe com a configuração de um público, entendido enquanto uma coletividade de pensamentos convergentes, então, falar de opinião pública seria uma redundância.

Tarde (1992) é taxativo ao destacar o crescimento da imprensa no processo da formação do público:

Os jornais começaram por exprimir a opinião, inicialmente a opinião local de grupos privilegiados, uma corte, um parlamento, uma capital, dos quais reproduziam os mexericos, as discussões, os discursos; acabaram por dirigir e modelar a opinião quase a seu bel-prazer, impondo aos discursos e às conversações a maior parte de seus temas cotidianos. Não se saberá, não se imaginará jamais até que ponto o jornal transformou, enriqueceu e nivelou ao mesmo tempo, *unificou no espaço e*

diversificou no tempo as conversações dos indivíduos, mesmo dos que não lêem jornais, mas que, conversando com leitores de jornais, são forçados a seguir a trilha de seus pensamentos de empréstimo. Basta uma pena para pôr em movimento milhões de línguas. (TARDE, 1992, p.89, grifo do autor).

Para Patrick Champagne (1998), que se baseia nas contribuições de Gabriel Tarde, não há mais dúvidas quanto à existência da “opinião pública”. Essa noção já é dada e naturalizada; é tão conhecida e usual que, por isso mesmo, é mais difícil analisá-la. Sua utilização jornalística e política é imprecisa e contraditória e desempenha, no discurso político, o papel de um “operador polivalente”. O que existe, hoje, são divergências entre os modos de apreendê-la e entre quem a produz. Diferentes agentes lutam para impor cada um seu conceito de acordo com interesses particulares. Segundo Champagne:

O desenvolvimento de um campo jornalístico relativamente autônomo em relação ao campo político, de uma imprensa de grande difusão e, correlativamente, o reconhecimento do direito de associação política e sindical acarretaram a multiplicação das formas de expressão política à margem da representação parlamentar e, entre outros, tiveram como efeito o alargamento do campo dos agentes que participavam do trabalho de produção e manipulação da noção de “opinião pública”. (CHAMPAGNE, 1998, p.71).

Apontando o desenvolvimento histórico da chamada opinião pública, Champagne (1998), estabelece o século XVIII, na Europa, como um marco, onde uma elite letrada opinava sobre vários temas e esta opinião era considerada a “certa” e a realmente “pública”, pois era a “iluminada”, vinda de pessoas sábias que se contrapunham à massa do povo, tido como ignorante. Essa elite letrada, profissionalmente, tornava seu juízo uma opinião universal e com valor político. No século XIX, os representantes políticos eleitos monopolizaram a expressão da “opinião pública” que, institucionalmente, só era legítima e reconhecida do ponto de vista político. Os representantes eram a única fonte da opinião e representavam o povo por serem a encarnação da vontade dos eleitores; era na arena política, em sentido restrito (contrário à sociedade), onde se encontrava a união das opiniões eleitas pelo público; a “opinião pública” tinha forma na figura do político, que sabia as decisões certas a tomar. No século XX, com sufrágio mais amplo, modernização das relações sociais, políticas e econômicas e desenvolvimento maciço da imprensa, os movimentos públicos de protesto deixaram de ser vistos como arruaças irracionais e passaram a ser compreendidos enquanto uma forma de expressão realmente pública, onde o povo demonstrava seus sentimentos. No decorrer do período, surgem as pesquisas de opinião, realizadas por meio de critérios técnicos estatísticos, que buscavam fora da esfera estatal apreender o pensamento da população sobre

os mais variados assuntos. A opinião passa, a partir daí, a ser medida de modo metodológico e abrangente, englobando pesquisa e análise de dados coletados de forma mais aberta e democrática, pois não privilegia uma camada social como portadora da opinião relevante.

A opinião pública contemporânea passa a sofrer influências de vários meios, principalmente no contexto em que vivemos: pluralismo de valores, heterogeneidades sociais, diversidade de mídias, globalização. Segundo Champagne (1998), atualmente ainda existe o fator da relevância pessoal, pois quem é reconhecido e admirado também influencia, ao expor sua opinião, a formação do pensamento dos outros, que o seguirão em determinada questão.

Dentre as várias concepções sobre o que é opinião pública, a mais comum é a que entende como pública a opinião que as pessoas exteriorizam e repetem. Monique Augras (1974) argumenta sobre a formação de uma *corrente de opinião* - um processo no qual o juízo sobre algo é formado por uma combinação de elementos - ou seja, não é de modo unilateral que a opinião é formada. Essa corrente depende de fatores psicológicos (motivações pessoais, gostos, crenças e ideologias), fatores sociológicos e geográficos (classe social do indivíduo, meio onde vive) e fatores conjunturais (o momento histórico, um acontecimento tumultuador). Esses diferentes aspectos são interdependentes e influenciam a ação e o pensamento dos indivíduos, além de serem fatores levados em consideração na hora de expressar uma ou várias idéias a respeito de determinada questão.

Para Figueiredo e Cervellini (1996) existem duas concepções principais, e que são polêmicas, de opinião pública. De um lado, a opinião pública das sondagens que reúne artificialmente opiniões individuais de forma homogênea, descartando as diferenças de envolvimento e conhecimento em relação aos temas discutidos e juntando tanto opiniões racionais e bem fundamentadas com outras que são dadas a esmo. De outro, a opinião pública de grupos que, apesar de se expressarem publicamente, constituem uma manifestação isolada de parcelas específicas da sociedade e não têm nada a ver com o pensamento da maioria dos cidadãos.

Tentando equilibrar os diferentes entendimentos sobre o tema, os autores elaboraram um conceito didático e prático, definindo a opinião pública como a expressão de modos de pensar de determinados grupos sociais ou da sociedade como um todo (que pode ser delimitada em municípios, estados, regiões ou países) a respeito de assuntos de interesse comum em um dado momento, tendo múltiplas formas de exposição (FIGUEIREDO E CERVELLINI, 1996 p. 23,54).

Para os autores, a opinião pública tem três características básicas: ela é plural (diz respeito a uma coletividade ou grupo), é exposta (deve haver expressão pública dessa opinião)

e notória (o tema tem que ser relevante para que provoque discussão), e cinco propriedades - direção, distribuição, intensidade, coerência e latência – que ajudam a prever a interferência e influência que a opinião pública pode ter em uma dada situação social.

A direção da opinião refere-se às escolhas que o público vai fazendo, a como ele está se posicionando em relação à questão. Para se saber que direção a opinião está tomando, é feita uma análise baseada principalmente no método estatístico. A distribuição é a forma como as opiniões individuais estão agrupadas, por exemplo, se analisam os níveis de conflito de interesses, situações que podem variar de consenso a dissenso. A intensidade diz respeito ao grau de adesão a cada opinião, quão conectadas as pessoas estão com um movimento, é a força com que elas participam da discussão de um tema. A coerência refere-se à estabilidade das opiniões. Essa propriedade é expressa quando uma questão complexa envolve diferentes aspectos que não são facilmente assimilados pelo público. Questões polêmicas e distantes do dia a dia, como legalização das drogas, aborto, redução da maioria penal, são exemplos de temas em que as opiniões podem ser muito instáveis, já que, no decorrer da discussão, as pessoas podem mudar radicalmente de idéia, tanto ao ouvir um especialista como ao passar por determinada situação em que se vêem frente a frente com o problema. A coerência está ligada ao caráter temporário que uma opinião pode ter. A latência é como um sentimento de reserva; a opinião em potencial existe, mas ainda não foi expressa; um acontecimento fora da rotina pode ativá-lo. É uma força de reação.

Entrando num campo propriamente político, Michael Howlett (2000) fala da opinião pública como uma natureza vaga, abstrata e transitória, portanto, o autor critica os modelos lineares de democracia, que estabelecem que os governos, na formação e implementação de políticas públicas, apenas reagem a demandas de movimentos de opinião. Para o autor, é muito complexa a rede e o número de atores, idéias e interesses que se combinam quando se produz uma política, assim, a opinião faria um papel indireto nesse processo.

Estudando os efeitos da opinião pública nas políticas públicas das sociedades democráticas contemporâneas, o autor fala em um movimento dialético onde tanto a opinião afeta as políticas, como as políticas afetam a opinião. Segundo Howlett:

embora seja evidente que a opinião constitui importante aspecto do ambiente político que afeta as ações do governo, também essas ações podem afetar o ambiente político. Ou seja, os governos não são apenas recipientes e reagentes passivos da opinião pública, mas podem ter, e freqüentemente têm, um papel ativo na conformação da opinião pública. Este é um aspecto muitas vezes despercebido da relação entre políticas públicas e opinião pública, e muitas vezes apenas entra no sentido negativo de que a propaganda e outras atividades do governo servem para enfraquecer uma democracia que funciona. (HOWLETT, 2000, p. 183).

A opinião pública é um elemento que permanece como uma “condição de fundo” (HOWLETT, 2000, p. 186) no desdobramento do processo político e como as ações governamentais nas sociedades democráticas necessitam de legitimação, sua relevância no debate público de demandas políticas é assegurada.

Hoje, ao formamos uma opinião sobre qualquer coisa, teremos que considerar informações produzidas e publicadas por instituições, normalmente os veículos de comunicação, e não nos basearmos apenas em nossa experiência individual. Devido à rapidez e complexidade do que ocorre e é notícia no mundo, diariamente, é impossível que fiquemos a par de tudo que acontece, por isso, nos informamos por opiniões e resumos feitos por outras pessoas. Em todo o processo de formação e exposição da opinião surgem vários atores-mediadores entre a mídia, através da televisão, e o público, através dos telespectadores – os *formadores de opinião*.

Para Figueiredo e Cervellini (1996), os formadores de opinião são “aquelas pessoas que têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista e/ou analisar os acontecimentos, colocando-os publicamente” (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1996, p.50). O que caracteriza esse grupo de pessoas é sua intensa atividade social, o reconhecimento da sociedade e a constante busca por expressar aquilo que pensa para exercer sua liderança no meio que frequenta. “Não importa que alguém seja sábio ou muito bem-informado. Ele só será um formador de opinião se ele for reconhecido como sábio e bem-informado” (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1996, p.51).

Os autores fazem uma divisão entre os grandes e os pequenos formadores. Os *formadores-massa* de opinião são aqueles que falam ou escrevem para milhares de pessoas, atuando na amplitude que a mídia oferece; já os *pequenos-formadores* atuam em meio mais restrito, podem ser líderes de classe e presidentes de associação de bairros, por exemplo.

Em muitos veículos de comunicação é comum se ouvir um discurso em torno da postura correta de quem é um formador de opinião, pois o título atribuído ao indivíduo responsabiliza para com seu público. Normalmente o formador de opinião deve ser honesto, sensato e ter uma postura coerente ao frequentar os espaços públicos, agindo de acordo com os ideais que transmite às pessoas. Independente da conjuntura dos acontecimentos, o formador deve ter “originalidade e personalidade”, características subjetivas, mas que são entendidas no senso comum como o oposto à imitação da atitude de outros e fraqueza pessoal.

Nas obras que trabalham com mídia e pesquisa é comum haver menções à preponderância das pesquisas de opinião enquanto uma das formas mais usuais de definir e

medir “a opinião do público” sobre algum assunto. Hoje, há pesquisas desse tipo sobre uma infinidade de temas: moda, política, comportamento, consumo, economia etc. No entanto, são destacados alguns problemas nesse meio de “buscar” a opinião.

Para Bourdieu (1983), há três postulados básicos desse tipo de pesquisa que provocam distorções nas análises e que podem ser facilmente contestados mesmo que se mantenha o rigor metodológico na coleta e análise dos dados. O primeiro diz respeito à crença de que todos podem ter opinião, o segundo é que todas as opiniões têm valor, e o terceiro é a hipótese de que existe consenso sobre os problemas pelo simples fato de colocar a mesma questão para todo mundo.

Segundo o autor, uma pesquisa coloca pessoas respondendo a perguntas que elas não perguntaram e por isso nem todos podem ter opinião; a imposição de uma questão é que desperta a necessidade de se ter opinião; parte-se do princípio de que as opiniões das pessoas não obedecem a uma hierarquia, que todas são tratadas da mesma maneira, como se os entrevistados, de fato, conhecessem de forma aprofundada a questão a qual estão respondendo. Ignora-se que as problemáticas dos institutos de sondagem estão subordinadas a uma demanda particular ligada a uma conjuntura onde diferentes forças político-sociais ou econômicas estão em disputa e que uma opinião varia em função da probabilidade de se ter poder sobre o que se opina. A análise estatística agrega opiniões individuais descartando as relações de poder presentes na sociedade que se refletem nas sondagens, feitas, normalmente, em momentos de crise e baseadas em opiniões de grupos de interesse nos temas pesquisados.

Também há problemas na maneira como os dados são analisados, pois o estabelecimento de um público (população) é também uma construção mental, que pode seguir a ideologia do pesquisador. A utilização de determinadas perguntas já pode dar, de antemão, vieses às respostas dos entrevistados, ou seja, é dada uma pré-opinião aos indivíduos, que, a partir dela, devem se colocar. A pesquisa de opinião também é apontada como um meio de bloquear o pluralismo, pois são opiniões estatisticamente somadas e muitas diferenças da população são excluídas da análise, essa, aliás, juntamente com a falta de conhecimento por parte dos respondentes sobre o que está sendo sondado são as críticas mais recorrentes sobre as pesquisas.

As pesquisas de opinião constituem um mercado em constante expansão e aperfeiçoamento, sendo requisitadas cada vez mais. Embora tenham problemas, são creditadas e já estabelecidas enquanto termômetro de uma situação social e política. Principalmente em anos eleitorais, vemos o seu destaque nos meios de comunicação, o que atesta sua relevância e alcance público.

Com todos esses conceitos e discussões sobre a opinião pública, podemos perceber o quanto essa noção é corriqueira, abrangente e consagrada, ou seja, mesmo não havendo uma definição padrão, as pessoas têm alguma idéia sobre o que ela seja. Aquele ditado “*no creo en brujas, pero que las hay, las hay*”, explica um pouco de nosso sentimento em relação à opinião pública. Ainda que a gente não a conheça, de fato, ou não a perceba, sabemos que existe.

Podemos notar que com as várias diferenças de interesse que existem na sociedade, é mais correto falar em correntes de opinião ou opiniões públicas, no plural, porque é extremamente difícil situações de consenso absoluto entre as pessoas. Mas em momentos especiais é possível, sim, haver uma corrente forte, ampla e na mesma direção de opinião; há quase unanimidade quando se apontam como exemplos desses momentos o movimento das Diretas-Já (1984), o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor (1992) e a comoção pela morte de Ayrton Senna (1994), midiaticamente transformado em herói nacional.

Concluimos que a opinião pública é sempre uma construção coletiva e, hoje, se converte em retórica para a mídia televisiva, especialmente quando ela se apresenta enquanto porta-voz da sociedade para falar sobre algum assunto que julga relevante.

Todos que pretenderem falar em nome de um grupo, utilizarão uma das noções de opinião pública como bandeira, legitimando uma ação ou idéia, que, se exposta individualmente, não seria exitosa, agregativa ou pareceria injusta e mero capricho individual. Lembremos que qualquer projeto coletivo e que invoque o sentido democrático deve ter respaldo popular para se propagar.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Coleta de dados

Para este trabalho foram gravados 20 programas em sistema VHS, posteriormente digitalizados, entre os dias 6 de julho e 06 de agosto de 2009. A escolha das datas deu-se em virtude de ser a seqüência do período de pesquisa exploratória e de definição do projeto de pesquisa e o número de programas foi estabelecido por entendermos que seria suficiente para análise de acordo com as condições operacionais de que dispúnhamos para a realização do trabalho, que não comportariam grandes quantidades de material, tempo para sua realização e recursos financeiros.

Alguns dias de gravação coincidiram com as férias do apresentador titular do *Brasil Urgente*, José Luiz Datena. O âncora foi substituído neste período por Márcio Campos, o principal repórter do telejornal.

Dentre os 20 programas gravados sorteamos uma amostra de 10. Como houve dois apresentadores, resolvemos separar os 10 programas em que cada um teve essa função e selecionar duas amostras de 5, afinal, um dos aspectos analisados diz respeito ao carisma do apresentador titular e seu personalismo já estabelecido na televisão. O fato de haver um substituto acabou fazendo-nos refletir sobre a possível equivalência de estilo de apresentação e como se “comportaria” o telejornal na ausência de sua estrela maior.

O sorteio foi realizado por duas pessoas não ligadas à pesquisa⁶. De 01 a 20, os números foram dispostos no papel, recortados em quadrados e postos em uma caixa. Ambas voluntárias sortearam cinco papéis que resultaram na amostra.

3.2 A escolha das técnicas: estudo de caso e análise de conteúdo

O estudo de caso presta-se à análise intensiva acerca das dinâmicas de um determinado fenômeno, recomendado para quando já se possui um conhecimento sobre a realidade estudada, obtido principalmente através de pesquisa exploratória. O estudo de caso responde a perguntas do tipo Como e Por que, sendo eficaz através da observação direta de fenômenos contemporâneos. As técnicas auxiliares para esse tipo de pesquisa podem ser qualitativas e quantitativas.

⁶ Sorteio realizado em 10/08/2009, por Martha e Tatiane, colegas de trabalho da autora desta monografia.

De acordo com Robert Yin (2005), o estudo de caso “é uma investigação empírica que a) investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando b) os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2005, p. 32).

Para Mauro Roesse (1998), dois fatores causaram a proliferação, nos últimos anos, dos estudos de caso: a verificação de que os estudos macrosociológicos generalizam as explicações das microrealidades e a redução no orçamento das pesquisas, que inviabiliza grandes projetos.

Esta técnica de levantamento de dados permite uma inferência analítica, diferentemente dos estudos quantitativos, que fazem uma generalização estatística. O estudo de caso é uma experiência prática e busca questões despercebidas em estudos a nível macro. É uma ferramenta útil, mas como qualquer técnica de investigação sociológica, tem suas limitações.

Segundo Roesse (1998), parte das críticas aos estudos de caso dirige-se aos trabalhos meramente descritivos, estendendo-se ao método uma crítica que devia destinar-se à sua má utilização. Além disso, o método encontra-se numa área delicada da pesquisa empírica não empiricista, onde há a tentação das soluções imediatistas e do senso comum, tendo como principal desvantagem a difícil separação entre explicação e descrição. Isso não impede que os problemas da técnica sejam contornados, pois o estudo pode fornecer avanços tanto teóricos como práticos desde que o pesquisador tome consciência das suas limitações e não extrapole as conclusões para além da capacidade autorizada pelo método.

Na mesma linha das inferências analíticas, destacamos outra técnica comum nas investigações empíricas realizadas pelas ciências sociais: a análise de conteúdo. Tradicionalmente, a análise de conteúdo era usada quase que exclusivamente para o estudo de documentos/textos impressos. Os trabalhos usando o método para o gênero televisivo são relativamente recentes e coincidem com a difusão da televisão a partir da década de 1970 (ROCHA, 2008).

Segundo Laurence Bardin (1988), a análise de conteúdo é: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1988, p. 42). A autora destaca ainda que a formação em análise de conteúdo se dá através da prática e não há um padrão rígido de pesquisa.

A análise de conteúdo (seria melhor falar em análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. (BARDIN, 1988, p.30-31).

O analista tem uma dupla função: compreender o sentido da comunicação, como o receptor “normal” e desviar o olhar para uma outra significação (não explícita) da mensagem. O método tem proximidade com a sociolinguística, que é a correlação entre estruturas linguísticas e sociais. O conteúdo das mensagens deve ser trabalhado a partir das características de seu emissor e do contexto em que foi produzido e exposto, aliás, são esses elementos que fornecem a base para as inferências e estudos dos efeitos das comunicações.

Para Jorge Vala (1986), a análise de conteúdo não é um método, mas sim uma técnica de tratamento da informação que permite fazer inferências sobre a fonte, a situação em que se produziu determinado discurso, o receptor ou o destinatário das mensagens e tem como vantagem o fato de poder exercer-se sobre um material que não foi produzido com o fim de servir à investigação, como ocorre no caso do estudo da imprensa.

De acordo com o autor, existem algumas operações mínimas ao se realizar uma análise de conteúdo que consistem em: delimitar os objetivos e definir um quadro de referência teórico orientador da pesquisa; constituir um *corpus*; definir categorias, definir unidades de análise, processos que podem ou não ser seguidos de quantificação. A classificação e categorização são atividades do nosso cotidiano para reduzir a complexidade do mundo a nossa volta utilizadas na análise de conteúdo para, primeiro, simplificar e, depois, potencializar a apreensão e possível explicação dos fenômenos.

Segundo Vala:

o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise. (VALA, 1986, p. 104).

Os autores aqui citados que trabalham tanto com estudo de caso como análise de conteúdo, destacam que o que rege uma boa pesquisa é uma boa teoria e que as regras do processo inferencial devem ser guiadas pelos referentes teóricos e objetivos do investigador. Acreditamos que essas técnicas associadas ao interacionismo simbólico fornecem uma compreensão da linguagem para além da lógica formal, destacando as convenções e símbolos,

os aspectos conscientes e inconscientes das mensagens passadas através do Programa *Brasil Urgente*.

3.3 Do drama à trama: o referencial teórico

O interacionismo simbólico pode ser entendido como uma perspectiva teórica e metodológica muito usada na microsociologia e na psicologia social. Os primeiros trabalhos⁷ utilizando essa perspectiva surgem a partir da década de 1930, na Escola de Chicago. Sua análise centra-se nas representações sociais cotidianas, nos processos de interação social, onde os indivíduos compartilham símbolos e significados utilizados nas comunicações. É através da dramatização de nossas experiências e da idealização de papéis representados que interpretamos e damos sentido ao mundo. O interacionismo simbólico utiliza métodos qualitativos de análise, como a observação, a entrevista, a história de vida, o trabalho etnográfico.

Apesar de receber críticas por ser um método dito subjetivo de estudo e não se prestar a generalizações de nível macro, é uma perspectiva importante, já que aborda as constantes re-significações do mundo. Ao focar na interação do indivíduo e nos significados compartilhados, o método atenta para o movimento constante de reprodução e/ou transformação da realidade social. É um método mais flexível de estudo, o que não quer dizer, menos científico.

Erving Goffman (2008) focaliza sua análise sociológica a partir da noção de que a vida é uma eterna representação. Ele usa o estilo dramático para definir os papéis idealizados que os indivíduos representam nos processos de interação. Através desta *interação*, que é a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, é que vão se formando as relações sociais que se estabelecem em todas as esferas da vida (econômica, cultural, política etc). As representações dão a impressão de que a realidade que se encena é a verdadeira realidade.

O equipamento expressivo usado pelo indivíduo durante a sua representação é a fachada. A *fachada social* tem um caráter abstrato e generalizado, através dela uma representação é socializada, modificada e moldada para se ajustar às expectativas da sociedade em que é apresentada. Ela tende a incorporar oficialmente valores reconhecidos

⁷ Para uma revisão de literatura dos “pioneiros” estudos utilizando o interacionismo simbólico, ver: MENDONÇA, José Ricardo Costa de. Interacionismo simbólico: uma sugestão metodológica para a pesquisa em administração. In: REAd: Revista eletrônica de administração, Porto Alegre, Edição 26, V. 8, n.2, mar/abr 2002. p. 1-23.

pelos indivíduos. Dessa maneira, é formado o equipamento de símbolos que adquirem familiaridade e manipulam o modo de agir de um determinado grupo, com a criação de uma versão idealizada de uma pessoa e suas realizações, por exemplo.

A partir desta perspectiva, Goffman (2008) utiliza a noção de *consenso operacional* (uma idéia estabelecida sobre algo, na qual, todos, supostamente, acreditam), para ele a aparência de consenso existe porque cada participante apóia valores aos quais os outros reconhecem. Nesse sentido, as fachadas vão formando uma ideologia e um padrão de interação compartilhado entre os atores sociais. Assim, faz-se uma ligação desses conceitos com a dramaticidade usada na apresentação do programa, para compreender como as técnicas de “espetacularização” são postas em prática para atrair a atenção do público e como o apresentador “encena” o seu papel de jornalista enquanto expositor do “consenso operacional” sobre a realidade brasileira acerca da segurança pública.

Já vimos que para formar uma opinião, levamos em consideração uma série de fatores, desde informações dadas pela mídia até conversas privadas com amigos, portanto, tanto os programas de televisão que se dirigem diretamente e de forma “íntima” ao público, utilizando mediadores (os apresentadores, no caso) para isso, como os bate-papos de bar, por exemplo, são meios de interação, onde constantemente nos deparamos com dramatização e idealização, com uma face da verdade que surge para afetar nosso entendimento sobre algo, inclusive nos arrebatando pela emoção. Diante disso, acreditamos que o interacionismo simbólico presta-se à análise do programa *Brasil Urgente*, já que entendemos que existe por parte dele uma espetacularização da violência, que utiliza um processo de dramaticidade constante.

Outro referencial relevante encontra-se na noção de *dominação carismática*, entendida enquanto um tipo de apelo que se opõe às bases de legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. Para que se crie uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado como legítimo por seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade de tipo pessoal.

A partir deste conceito, destaca-se que o apresentador do programa (José Luiz Datena) é bastante conhecido e goza de certo prestígio por estar à frente do telejornal há seis anos, ao que se verifica que existe uma identificação entre ele e o público. O programa já tem “a sua cara” e a sua marca, deixou de ser o *Brasil Urgente* para ser o “programa do Datena”. Ao utilizar o princípio de dominação carismática, relativizamos o conceito, pois Weber (2005) o concebeu para designar a obediência a um mandato de um líder possuidor de qualidades

excepcionais. Na presente pesquisa, este conceito incide sobre a ligação afetiva, não necessariamente uma relação de obediência, mas de cumplicidade com o apresentador. Procuramos mostrar como o jornalista, um “porta-voz do povo”, tem carisma para interagir e transmitir suas idéias aos seus seguidores, uma metáfora para o seu público.

4 A opinião através do *Brasil Urgente*: análise dos dados

4.1 A temática e a linguagem

De acordo com os dados coletados e analisados para essa pesquisa, verifica-se que a maioria das notícias veiculadas pelo programa é sobre crimes (seqüestros, estupros, latrocínios, assassinatos, maus tratos com idosos e crianças, pedofilia), no entanto, não são mostrados apenas casos com violência física, para assim classificar, há também muitas matérias sobre violência contra o cidadão, no sentido de mostrar problemas nos serviços públicos, como saúde, educação e segurança, sendo possível perceber o destaque dado à ausência do Estado enquanto provedor de segurança pública e bem-estar social. O próprio apresentador dá o tom do programa ao iniciar sua transmissão dizendo: “Assaltos, assassinatos e seqüestros, estupros, tráfico de drogas, confrontos, olha, nós vamos ver as cenas que retratam a realidade do dia a dia de uma metrópole” (09/07)⁸.

A linguagem utilizada pelo apresentador é simples, direta e popular, com metáforas e ditados do senso comum, além do uso constante de bordões como “Cadeia neles”, “Essa é a grande realidade” e “Me ajuda aí”. O apresentador fala diretamente às pessoas de casa, ao “amigo telespectador”, demonstra emoção e cria uma “aura” de interesse público para, em seguida, apresentar sua opinião em forma de comentários, usando palavras fortes, contundentes sobre as matérias. A tentativa de aproximar a linguagem com o telespectador é utilizada com frequência, quando há entrevistas com autoridades como promotores, médicos, juízes e estes falam em termos técnicos ou jargões profissionais, o apresentador tenta “traduzir” essas falas para que elas sejam entendidas pelo cidadão comum. Em certa ocasião, ao entrevistar um promotor, o apresentador Márcio Campos corta o “doutor” e pede que suas explicações sejam ditas de outra forma “só para ser um pouquinho mais coloquial” (21/07) e também Datena, ao falar com outro promotor, diz, ao término da exposição, “trocando em miúdos” (27/07) e faz sua interpretação da fala do entrevistado.

⁸ Entre parênteses, colocamos a data de veiculação da matéria/texto no programa. A partir daqui seguem falas transmitidas no *Brasil Urgente* que exemplificam os temas discutidos. Só há indicação do falante quando não se trata do apresentador.

4.2 A rotina de apresentação e a substituição do “insubstituível”

Em todo início de programa é comum o pedido de licença para entrar na “*sua casa*”, incluindo também uma menção ao fato de isso acontecer “*com a graça de Deus*”.

Muitas matérias são apresentadas ao vivo ou com uma mescla de reportagens gravadas e editadas e todas são seguidas de comentários do apresentador. É grande a quantidade de matérias exclusivas e a cobertura de casos ao vivo, normalmente dando créditos a avisos da polícia e corpo de bombeiros, porém, esse acesso privilegiado às informações é um ponto que merece atenção, já que não fica muito clara a relação de colaboração entre os órgãos do Estado e o programa.

As reportagens e comentários são repetidos várias vezes, as notícias não seguem uma ordem rígida, vão e voltam nos blocos. São comuns coberturas de ações das polícias como ao mostrar pessoas sendo presas e nas delegacias, blitz, operações de busca e apreensão, perseguições em rodovias etc.

Nos comentários, é usual a alternância dos pronomes eu e nós, ou seja, ao mesmo tempo em que se apresenta como um indivíduo único, o apresentador mostra-se como parte do povo, um cidadão comum que enfrenta os mesmos perigos a que qualquer pessoa está exposta. Assim, ele compartilha do sentimento de insegurança da população.

Podia acontecer com a senhora, a minha filha, a filha de qualquer um (04/08).

Cada dia que passa a gente acha que já viu de tudo, mas não viu, e o pior né, o pior, coisa ruim deve vim pela frente, a gente espera que não, eu rezo bastante e espero que não, mas do jeito que a coisa anda só deve vim coisa ruim pela frente (13/07).

Olha, muita gente me parou na rua, porque eu, como todo mundo, vou no mercado, vou no restaurante, boto gasolina no carro, as pessoas me param, ô Datenão que coisa aquele caso lá, hein, cê falou bem, podia ser minha mulher, podia ser minha filha...(05/08).

A gente tá acostumado a mostrar isso todos os dias, acha que não vai acontecer com a gente e aconteceu (Cinegrafista da BAND que teve parente assassinada) (09/07).

Não é usual, como em outros telejornais, apresentar os créditos dos entrevistados. Normalmente o apresentador ou o repórter narra, durante a matéria, quem está falando, se uma mãe, vítima, delegado ou qualquer envolvido no caso. A chamada que aparece na tela explicando a notícia é sempre curta e rasteira, apresenta o caso de forma imediata e simples. Como acontece em outros programas e em cartolas de jornais impressos, elas vêm acompanhadas de um título classificatório como: “Guerra! Bandidos usam granada para atacar unidade da PM” (13/07), “Crime Bárbaro - Homem coloca fogo na amante que cansou de ser

a outra” (09/07), “Injustiça? Mãe perde a guarda do filho por causa da sogra” (15/07), “Cadeia nele! Preso o suspeito de executar Talita” (15/07) “Cara de pau! Ladrão ri e diz que não acredita na justiça” (21/07); “Decepção: Mãe flagra a filha de 14 anos em prostíbulo” (23/07).

A trajetória de um crime é mostrada de forma detalhada, ou seja, são acompanhados todos os cenários por onde se desenrolou o acontecimento noticiado. Em um caso de estupro (05/08), por exemplo, foi filmado o local do crime, conhecido como a “cracolândia da baixada santista”, o que já dá ares de perigo, pois associa o lugar aos usuários de drogas, potencialmente entendidos como marginais. São mostrados objetos jogados no local: calcinhas, preservativos, isqueiros e lixo. Em um caso de abandono de idoso (06/08), é filmada a casa da idosa, a senhora deitada na cama falando com a voz fraca, a geladeira vazia. Ao entrar em uma favela para mostrar a “enfermaria do crime” (23/07) (local onde foram descobertos materiais hospitalares usados para atender pessoas feridas em combate com a polícia), a repórter aparece usando um colete à prova de balas, o que também indica um lugar perigoso onde não é possível ingressar sem proteção. Ao noticiar o “maníaco da moto” (15/07) (homem acusado de estupro) aparecem cenas de um motoqueiro pelas ruas e Márcio diz: “É claro que o maníaco não é esse, isso é só para ilustrar, não vamos confundir o coitado do trabalhador aí”. Ao falar do trânsito de São Paulo, aparecem imagens do nascer do sol em contraste com as caóticas rodovias ensurdecidas por buzinas (06/08).

Quando Márcio Campos substituiu José Luiz Datena, que estava em férias, era comum a referência ao “mestre” do programa, sempre que possível, havia o aviso de que o Datena voltaria logo em seguida. Pudemos observar que Márcio mantinha certa cerimônia por ocupar o lugar do titular, destacando a importância de estar ali, naquele papel, com humildade e respeito ao “dono” do posto, pois reconhecia seu lugar na hierarquia do programa. Algumas características que os distinguem eram postas pelo próprio Márcio, como o fato de ele ser mais “suave” ou menos agressivo que Datena, no entanto, Márcio segue a mesma linha de apresentação cênica das matérias, esboçando emoções e gestos, por vezes, exagerados. O processo de dramaticidade é o mesmo para os dois apresentadores e todos os repórteres.

Essa risada que ele tava dando aí era rindo da cara da sociedade, como diz o Datena aqui, que volta de férias daqui a pouquinho (21/07).

Aí eu pergunto pro senhor e pra senhora, aí vocês me dizem, ih Márcio, pára de filosofar, não tô filosofando não, eu tô mostrando a realidade da vida, é exatamente por isso que o Datena não cansa de gritar aqui no *Brasil Urgente* pedindo justiça (21/07).

Obrigada o senhor e senhora que me acompanham aí no aguardo do Datena (21/07).

O canal que o Datena sempre usa aqui. Ele tá de férias, mas está retornando em breve e não vai demorar, e ele tá com a pilha toda, hein, se cuide, se cuide, se você acha que a tua orelha não tá queimando, fique tranquilo que vai queimar daqui a pouco (21/07).

Se a coisa tá meio calma por aí, a tela vai tremer daqui a pouco (23/07).

Os pedófilos devem estar dizendo: ainda bem que o Datena tá de férias, o Márcio pega leve, não é que eu pego leve não, vocês vão pra cadeia sim, agora, que o Datena vai deixar a orelha desses pedófilos vermelha, vai, vai sim porque ele já tá chegando, isso aqui é só o começo (23/07).

O seu Silas (da produção) é oficial do Datena, eu nem posso chamar ele aqui (23/07).

4.3 O apelo à emoção

O apresentador, normalmente com a voz grave (Datena), se coloca como “porta-voz” do povo e busca credibilidade através de contatos diretos com autoridades policiais e governamentais envolvidas nas matérias.

O apelo à emoção e à religião das pessoas é constante, fala-se muito em Deus, na justiça divina, Deus no coração, família, no amor ao próximo, em se colocar no lugar do outro, isso, ligado ao fato de sermos um povo bastante religioso, personalista, generoso e emotivo, já causa uma empatia entre o público, o apresentador e as situações apresentadas. De acordo com Damatta (1993), “explicar um crime por meio de uma estatística é um insulto, pois ele demanda a confrontação do caso em sua especificidade e sua personalidade, elementos que a sociedade brasileira vê como componentes importantes da *realidade* e da *vida*” (DAMATTA, 1993, p. 185, grifo do autor). Principalmente ao mostrar casos de assassinatos ou estupros, são exploradas entrevistas com parentes (desesperados) das vítimas, normalmente aos prantos, aparecem mães descrevendo a perda ou o abuso de filhos, pessoas com sede de vingança, vítimas chocadas dando seu depoimento, delegados e policiais interessados em solucionar os casos e prender os criminosos.

Quase parti pra cima dele, a sorte que entrou a turma do deixa disso, senão ele ia ver a mordida que eu ia dar na orelha dele (Datena sobre homem que o acusou de ser hostil com os donos de cachorro no programa) (06/07).

Na rua onde aconteceu a tragédia, basta olhar os rostos dos moradores para entender os sentimentos de tristeza, perplexidade e revolta, a indignação fez algumas pessoas destruírem a casa, onde o casal acusado pelo crime morava, minutos depois do enterro das vítimas (Repórter no local onde houve assassinato de família) (13/07).

Se eu sou esse cara. Não queria ser um lixo desses, se eu sou esse cara eu corria pra me entregar na delegacia mais próxima...eu repito aqui: não faça justiça com as próprias mãos...mas se alguém descobre que esse cara tá em algum lugar...ele tá mais seguro dentro da cadeia, não tão seguro, porque se ele não ficar no seguro, ele baila, ele vira Maria Joana, Maria Chiquita em segundos...questão de honra, acho que até o final do programa (olha o relógio), a polícia da baixada santista bota esse cara na cadeia (04/08).

Atenção polícia da baixada santista: eu confio em vocês pra caramba, cadeia nesse canalha aí (04/08).

Cadeia nele, cadeia nele, joga o laço e põe esse vagabundo na cadeia, vai ver o que é bom pra tosse, com quantos paus se faz uma canoa, vai descobrir certinho com quantos paus se faz uma canoa (05/08).

Ô vagabundo, você tá me ouvindo aí, o pessoal tá com sangue nos olhos. Vai correndo pra cadeia, é um conselho que o titio Datena dá pra você...se os caras te pegam na rua você vira pandeiro antes do carnaval... (05/08).

Por favor, você tenha calma aí na baixada, não faça justiça com as próprias mãos. Ai Datena, mas merece, merece mesmo, mas não faça, não faça, senão cê vira bandido como eles (05/08).

Eu tô sentindo a população assustada, revoltada aí na baixada santista, não faça justiça com as próprias mãos. Mas se esse cara não se entregar ele corre um sério risco de ser feito sardinha em lata... A gente é completamente contra justiça com as próprias mãos, mas o povo tá por aqui (faz gesto no pescoço) já pensou se fosse com a sua mulher, com a sua filha, já pensou? O que você faria, ficaria revoltado, não ia? Por isso tem que colocar esse vagabundo na cadeia. Duvido que esse cara estuprou só uma pessoa lá (Caso de estupro veiculado em três programas) (05/08).

Devia soltar esses vagabundos dentro da cadeia aí, aí descobriam quem era o pai logo, né Batista? Aliás, eles iam é virar mãe... Se soltarem os dois na cadeia já já descobre quem é o pai, porque os dois vão virar mãe (05/08).

É lógico que contra a lei, a gente é contra tudo que é contra a lei, mas que podia ser assim podia, cê ia ver se não inibia esses vagabundos, a ação desses canalhas (05/08).

Você entrevistou o pai da garota violentada? Ele deve ter tido vontade de enforcar esses dois aí (Caso de dois tios acusados de estuprar e a sobrinha) (05/08).

Se ele passar por essa rua pode se considerar um cara morto. (Enteado de vítima de estupro). Se fosse meu parente, eu matava antes da polícia chegar. (Vizinha da vítima) (21/07).

Eu puxei pelos cabelos, bati. (Mãe que encontrou filha em boate) (23/07).

Ódio, vontade de estrangular realmente o causador, mas tenho que esperar que a justiça tome a decisão. (Pai de vítima de pedofilia) (23/07).

Queria fazer ele sofrer o que eu sofri. (Vítima de estupro) (04/08).

Torpedo: Maníaco tem que apodrecer na cadeia e os presos fazerem o mesmo com ele – SP (04/08).

Pensou que tava fazendo isso com uma da rua, ele vai ter o que merece também. (Irmão de vítima de estupro) (04/08).

Se eu pudesse pegar ele, eu pegaria (Mãe de vítima de pedofilia) (04/08).

Os narradores das reportagens e o apresentador invariavelmente se exaltam, gritam, alteram o tom de voz conforme a gravidade do caso. Modelam o jeito de falar de acordo com o que querem passar, explicitam ares de deboche, risadas irônicas, xingamentos.

É esse tipo de gente que você pode, de repente, ter na sua casa violentando sua mulher, sua filha e as leis que tem que mudar para nos defender desses verdadeiros excrementos da sociedade (06/07).

Isso é um canalha que ainda dá risada na cara da sociedade. É um tapa na cara da sociedade (06/07)..

O sujeito provou que é um canalha, um canalha terrível (27/07).

Não adianta ficar com dó de bandido, na cadeia todo bandido é bonzinho, sim senhor, não senhor...é por isso que eu não tenho dó de bandido dentro da cadeia (27/07).

Sujeito bandido, ladrão...e ainda tem que dar comida pra ele, nós pagamos do nosso bolso e o cara ainda vem gozar, você ainda quer que leve, a gente já paga a sua comida, você devia comer você sabe o que. Quando encontra a polícia na rua fica todo mansinho. Vai te catar, ô (04/08).

Cadê a cara desse marginal, mostra a imagem aí. Esse lixo tem que ir para a cadeia. Estuprador, violentador, em todos esses anos de televisão é a primeira vez que eu vejo uma cena como essa (04/08).

Olha aqui: isso é um pulha. Desculpa aí vovozinha, vovozinho, que eu fico exaltado aqui, um sujeito me disse outro dia: porque o Datena deu um grito lá outro dia que quase matou a minha vó do coração, pelo amor de Deus, eu não quero matar ninguém não, eu só quero que esses bandidos vão pra cadeia (04/08).

Nós vamos mostrar de novo outra reportagem que o Lucas fez pra ver se a gente consegue ajudar a polícia a colocar esse violento estuprador na cadeia, covarde, lixo, pulha, não vale absolutamente nada... (05/08).

Ó a cara do outro vagabundo, ó. Ele é um vagabundo, é um mostro, desembucha aí ô canalha. Os dois vagabundos, isso não cabe na cadeia biológica, é pior que bicho, que bicho não faz isso (05/08).

Você vê como é um pedófilo, sem-vergonha, canalha e vagabundo, ele conta até com a própria lei, que muitas vezes favorece a ele, ele tá contando com exame de corpo de delito... (05/08).

Deixa eu ver esse padre sem-vergonha que já foi até secretário de Estado (06/08).

4.4 A “polícia na rua” e a prestação de serviço

Apesar de apresentar nossas leis como ultrapassadas e não disciplinares e o Estado como fraco e ausente na área de segurança pública, o papel da polícia enquanto protetora da sociedade e mantenedora de ordem social é bastante enfatizado, é possível dizer que boa parte da esperança de um futuro menos violento é depositada na instituição policial. O que permanece muito no terreno da idealização, pois deixa transparecer que o problema é apenas numérico, ao se aumentar o número de PMs, a violência diminuirá. Prevalece a visão de que as leis favorecem os bandidos, que não respeitam a polícia. Os problemas que as corporações enfrentam - corrupção, sucateamento de materiais, desvalorização profissional - não são tratados com a mesma preocupação da quantidade ou da autoridade policial. O lado social da violência também é explorado de forma diferente pelo programa, foca-se no ímpeto humano violento, a desigualdade social não é vista enquanto fomento para reações violentas, os “bandidos” são simplesmente “vagabundos”, pessoas maldosas, com o adicional de que vários

dos crimes mostrados são cometidos por pessoas de classe média, como a pedofilia, os grandes assaltos, alguns crimes passionais, mortes por atropelamento, o que diminui o foco na pobreza como um fator explicativo. A criminalidade e a violência são mostradas mais como um problema legal e penal do que social; os crimes aumentariam devido à impunidade da justiça e à falta de policiamento.

O discurso da prestação de serviço público também é constante, às vezes, aparecem autoridades policiais e judiciárias elogiando a divulgação de uma matéria, de um retrato falado, do disque-denúncia, que teriam ajudado o trabalho da polícia de alguma forma. Entendemos que esses depoimentos, vindos de autoridades de reconhecida credibilidade, são mais um meio de legitimar o programa enquanto útil e com responsabilidade social, pois demonstram o apoio do *Brasil Urgente* na resolução de crimes e por extensão, ao bem-estar dos cidadãos.

Comandante jovem, 50 anos, está dentro daquilo que a política de enfrentamento do Estado requer, dada até pelo próprio governador, ele quer que a polícia combata mais o crime já que também existe um projeto para ocupar pelo menos 100 favelas no Rio de Janeiro” (Comentando a promessa do novo comandante da polícia de colocar mil policiais a mais nas ruas) (09/07).

Meteram bala no policial em São Paulo. Se atiram no policial imagina na gente, entendeu. Agora eu tenho certeza que o secretário de segurança pública de São Paulo que é bom de bola já vai meter polícia pra caramba na zona norte. Secretário manda o águia pra aí também, é questão de honra. Quando um cidadão, um policial que tá aí pra defender é baleado, tem que responder à altura. Se eles meterem bala na polícia tem que levar de volta. Tem que botar esses bandidos na cadeia. Cadeia neles, me ajuda aí. Você tendo a polícia forte, você tem a malha protetora da sociedade, senão você tá ferrado, velho. (06/07).

O sentimento de impunidade não pode parar no ar e aí exatamente o trabalho com quem: o Estado, com o poder, com a segurança pública e a polícia precisa dar essa resposta rápida pra sociedade de Recife (13/07).

Olha, tem hora que dá vontade de pegar algumas gravações do Datena e colocar aqui, exibir depois de algumas matérias, agora, por exemplo, depois dessa reportagem, sabe qual gravação do Datena que eu pegaria: eu pegaria aquela que ele dá um berro assim ó: Cês tão dormindo aí, cadê a polícia nessa região aí, o poder público não pode fazer o que fez com essa comunidade...tá todo mundo dormindo mesmo e eu queria ver o Datena agora aqui que tá de folga, berrando, pedindo pro poder público aí, acordar...os bandidos fazem o querem nessa comunidade...o sentimento de impunidade tá nas palavras dessa senhora que perdeu o marido. Pra ver aonde nós chegamos, estamos voltando à Idade Média por conta da incompetência do poder público, e quando a gente tem que criticar o poder público, o *Brasil Urgente* sempre critica, quando tem que elogiar, elogia, como nós elogiamos o trabalho da polícia ontem tanto da civil quanto da militar aqui na Marginal Tietê. Agora, que abandonaram o povo e deixaram o povo com uma mão na frente e outra atrás aí em Mairink, nesse bairro, deixaram (15/07).

Não dá pra viver numa situação como essa, não dá pra viver. Pra essas pessoas a guerra é ali...porque existe uma guerra constante contra o tráfico de drogas...contra a criminalidade, a polícia não pode parar com essa guerra, infelizmente, a polícia tem que enfrentar essa guerra, a polícia tem que ocupar as favelas, as comunidades do Rio de Janeiro pra essa guerra acabar, a guerra só vai acabar quando a polícia tomar conta de tudo (23/07).

Por isso que eu gosto desse novo secretário que ta aí: ele botou a polícia pra derreter, os crimes estão diminuindo (04/08).

Gente grande abusando de crianças. Não interessa o tamanho do pedófilo, quanto mais importante ele for, mais ainda nós vamos atrás. Abusou de criancinha meu amigo, o que a gente puder ajudar a polícia e a justiça a colocar esses caras na cadeia, me ajuda aí. Fazem há muito tempo, mas agora a CPI, a polícia e a justiça tá atrás (06/07).

Eu disse: quando a polícia tem os instrumentos para fazer o trabalho dela, e faz com muita eficácia, não tem outro jeito que não o êxito. A gente fica feliz por ter participado desse trabalho mostrando essa imagem, olha, mostramos ontem (retrato falado de homem esquartejado que a família reconheceu). A polícia fez o trabalho dela e nós também ficamos muito felizes e satisfeitos de participar desse trabalho que é uma prestação de serviço pra sociedade. (23/07).

Vamos até o fim desse caso para que os bandidos fiquem mais tempo na cadeia. É outra bandeira que nós impúnhamos, é correr atrás desses maníacos. (Caso de estupro) (05/08).

A polícia acredita que com a divulgação do crime, novas testemunhas vão aparecer (Repórter narrando) (05/08).

A polícia que use essa fita aí, essa reportagem para botar esses caras na cadeia. A polícia que requisite a fita, a gente dá com o maior prazer, porque a gente é contra pedófilo, estuprador, violentador... (06/08). (Fita de entrevista feita com dois acusados de estupro).

4.5 O canal de comunicação com o telespectador: torpedos, e-mails, enquetes e twitter⁹

O processo de interação com o público é constante, o número de SMS aparece logo no início do programa, no canto da tela, para incentivar a participação do telespectador, o apresentador pede também para que seja colocado o endereço de e-mail do programa e a sua página no twitter para que as pessoas se manifestem.

O programa, ao pedir frequentemente a participação do cidadão, busca um meio para mostrar o que as pessoas estão pensando, para, de acordo com o apresentador, debater, discutir algum tema.

Mande um torpedo aqui pra gente, dizendo o que acha da saúde pública no Brasil? Que nota você dá, 0 ou 10? (06/07).

Se o conselho tutelar acredita que a criança deve ficar com a mãe...nós retratamos essas realidades das famílias pra gente discutir, pra gente debater e refletir sobre o nosso berço, sobre aquilo que nós devemos ter como verdadeiro sentido de família e aí a gente vê uma vó e uma mãe brigando pela guarda de uma criança, o quanto de trauma isso não deve trazer pra essa criança, a gente espera que não...(15/07).

Apesar de não ter um valor científico, mas tem um valor moral, um valor de responsabilidade incrível, que é a participação do telespectador do *Brasil Urgente*, atenção às minhas amigas mulheres, participe conosco nesse momento.

⁹ Rede Social e Microblog que permite distribuir mensagens de texto a usuários cadastrados utilizando SMS, Instant Message e e-mail.

Não tem valor científico, não é uma pesquisa que eu quero fazer aqui, porque não tem valor científico, entendeu, mas tem valor de responsabilidade, tem o valor da expressão da opinião, daquilo que a pessoa acredita naquele momento (23/07).

A gente sabe que o *Brasil Urgente* é esse programa democrático e por isso a gente abre pra opinião do cidadão, do telespectador, tô muito feliz agora, por essa repercussão desse debate. (23/07).

Atenção: vocês não mandem mais nada pro meu e-mail que quebrou meu telefone. (Dá o e-mail do programa) Tão falando: ô Datena, tá igual aqueles homens do senado, não quer opinião, não é isso, meu telefone quebrou...não funciona mais de tanto e-mail que chegou. Obrigada pela sua audiência. Vou tentar fazer essas bobagens de blog...porque eu tô percebendo que muita gente quer falar com você (ele, no caso) (04/08).

Nosso papel aqui não é de polícia, não é de investigação, não é de delegado nem de juiz, o que o Datena sempre deixou claro aqui para o nosso público, para o senhor e para a senhora, que nos acompanha. Mas o nosso papel é um papel de discussão, de reflexão e, também, de mostrar a realidade como ela acontece mesmo, sem maquiagem nenhuma (13/07).

Você é contra ou a favor do aumento do número de deputados e vereadores? (Votação por SMS). Ah, tem gente que quer que aumente, deve ser os parentes dos deputados (06/08).

As reportagens e os comentários/desabafos do apresentador e as narrações dos repórteres falam dos problemas do país, em interesse da comunidade, da família, da sociedade; são mostradas pessoas “do povo” dando opinião, na tentativa de fazer do programa um reflexo do cotidiano da população, assim, as opiniões vão se misturando, já não se sabe quem pensa o que, se o programa ou o público, além disso, há um apelo pela concordância do telespectador quando Datena, ao final de sua exposição, pergunta: “ou eu tô errado?”.

Enquanto eles absolvem o Edmar¹⁰ aquele cara que tem o castelo...o povo não tem onde morar. O povo não tem onde morar e os caras fazendo castelos são absolvidos (06/07).

E é esse trabalho de policiamento ostensivo que a sociedade quer. (09/07).

O brasileiro clama por justiça (23/07).

É impressionante esse negócio dos bandidos invadirem as casas. O seu reduto de tranquilidade e de paz, concordam comigo ou não? (06/07).

O sujeito sai de casa e não sabe se volta. Esse é o lema da sociedade (06/07).

É a voz da sociedade pedindo chega, chega de tanta violência, a gente não pode fazer mais nada, nem dentro de casa a gente consegue viver tranquilo (09/07).

A população tá revoltada pelo crime, tá pedindo justiça, pena duríssima pra esses acusados (13/07).

Imaginem só: é uma adolescente que ficou no meio de um tiroteio e acabou atingida pelo que? Eu dou um doce se você adivinhar pelo que que ela foi atingida (15/07).

Nós voltaremos a Mairink para mostrar a realidade desse povo sofrido, desse povo humilde, que mora aí na periferia e que está abandonado pelo poder público ...o poder público não pode pegar a

¹⁰ Deputado Edmar Moreira (DEM-MG), envolvido em um escândalo por ser proprietário de um castelo não declarado à Justiça Eleitoral.

sua sacolinha e cair fora...se o Datena tivesse aqui já tava pedindo pra todo mundo acordar há muito tempo (15/07).

Que irresponsabilidade da administração pública municipal até agora de não ter dado moradia digna pra essas famílias que estão ali há 40 anos. Essas pessoas escolheram morar ali? Não. Todo mundo quer ter uma casa boa, uma casa digna, por mais simples que seja, mas com condições dignas de se morar, não dentro de uma boca de lixo como aquela do córrego ali (15/07).

O comentário que eu fiz ontem aqui foi motivo de comentário, de indagação, hoje, na rua. Passei por vários lugares, algumas pessoas vieram falar pra mim, Márcio, você tava meio nervoso ontem, meio bravo, a gente não vê você nervoso...eu estava apenas indignado (15/07).

Hoje, não teve jeito: eu passei no posto de gasolina, eu fui na oficina mecânica, eu fui numa loja, e todo mundo por onde eu passava perguntava o seguinte: Márcio, e aquele rapaz que assumiu ter roubado ali no Paraíso entre o centro de São Paulo e a zona sul, região nobre da capital paulista, que que aconteceu com ele, ele foi solto ou ele continuou preso (pede a imagem dele) olha, esse é o rapaz, o bandido, que assumiu ter roubado, tô falando bandido, ele é acusado, mas ele assumiu ter roubado.

...ele foi preso, ele foi colocado atrás das grades, que era a imagem da punição, da justiça, que a sociedade quer ver e quer que seja praticada. O cara assumiu ser ladrão, não sou eu que to falando hein, gente (21/07).

Ele simplesmente devia estar curtindo o final da vida com seus filhos, com seus futuros netos, descansando depois de trabalhar mais de 30 anos. A gente tem que refletir isso sim (21/07). (Trabalhador aposentado vítima de latrocínio).

Político tem é linguão. Falar é fácil como dizia a minha vó (27/07).

Olha, eu vou dizer uma coisa pra você: tem criança no Brasil que leva vida pior do que cachorro e esses canalhas se aproveitam da passividade...essa é a grande realidade.

Nós tamo vivendo um genocídio, um infanticídio, uma barbaridade...é por isso que cada geração fica mais violenta...ninguém tira a violência da cabeça dessas crianças que sofrem a violência (27/07).

Se não tem condição de ter filho, não tenha filho, pelo amor de Deus (27/07).

A sociedade tem que ser ouvida porque ela experimenta diariamente as conseqüências da criminalidade (27/07). (Promotor entrevistado por Datena).

Se nós não prestarmos ouvidos à sociedade, a quem prestaremos? (27/07).

A justiça é o mais correta possível quanto mais próxima da sociedade ela anda. Essa é a grande realidade (27/07).

As leis contra os crimes de família deveriam ser mais pesadas, mas não, os nossos políticos estão lá em Brasília, resolvendo os problemas do senado, o Sarney fica ou não fica...e com isso o país fica parado. (Sobre o caso Suzane Von Richthofen) (27/07).

Cadeia cheia de prostituta, de pobre, de negro, ou eu tô errado? Não é porque essa menina é botinha, ela cometeu um crime terrível (27/07).

Muito coerente a opinião do ministério público, como sempre. Por isso que eu gosto do ministério público, o ministério público não deixa passar. Se não fosse o ministério público já tava na rua (27/07).

Tá na cara que essa mulher não pode voltar à sociedade. Tem que cumprir a pena, parabéns ao ministério público (27/07).

Essa mulher foi um péssimo exemplo para a sociedade. Parabéns ao Estado, ao ministério público, ao promotor (27/07).

Tem o princípio coercitivo da pena que a gente joga fora, no Brasil, várias vezes. Essa sensação de impunidade que nós temos em crimes pontuais, no Brasil...qualquer um se sente no direito de cometer crime por aí (27/07).

O golpe do meu amigo aposentado (Matéria). Pensei que fosse o governo que tivesse dando golpe no aposentado, quer dizer que não é. Com esse salário que paga é brincadeira. Se o cara come, não compra remédio, se compra remédio não come. Já não chega a vida miserável que o aposentado tem. Coitado do aposentado, me ajuda aí (27/07).

Eu já pedi várias vezes pra que colocasse a polícia cedo na rua, de madrugada, quando as mulheres começam a trabalhar (04/08).

Enquanto continua a farra do boi, essa bandalheira política pelo país... Quando o país passa por uma crise gravíssima de falta de credibilidade na política, esses caras querem aumentar o número de deputados e vereadores, é uma piada, tinha que diminuir... (06/08). O Brasil é assim, o sujeito coloca seu tijolinho na história do país e no fim da vida é jogado fora como se fosse lixo. Essa é a grande realidade. São jovens e velhos que nós abandonamos, essa é a realidade. Ou eu tô errado no que eu tô falando? Me ajuda aí, ô (06/08).

Normalmente os torpedos, e-mails e mensagens no twitter enviados pelos telespectadores para comentar as matérias e as respostas às pesquisas realizadas pelo programa vão ao encontro da opinião do âncora. Nesses canais de comunicação são temas recorrentes: a adoção de pena de morte no Brasil, leis mais severas, medidas vingativas e punitivas contra os criminosos, a sensação de violência incontrolável que nos rodeia, a ineficiência dos políticos/governos/justiça no combate à criminalidade e elogios ao *Brasil Urgente*.

O código brasileiro é falho e protege o marginal – RJ (09/07).

Temos que mudar o código penal urgente - RJ (09/07).

Nossa segurança está na UTI... - MS (09/07).

Esse é o nosso Brasil de injustiça e impunidade – SP (09/07).

As leis precisam mudar...pena de morte deveria ser lei, pois só assim a criminalidade diminuiria – MG. (13/07).

Parabéns Datena por esse belíssimo programa que só fala a verdade – RJ (04/08).

A polícia tem que ocupar mesmo as favelas do Rio – RJ (23/07).

A polícia precisa ser mais rígida - PE (09/07).

Somos vítimas da ausência do poder público e do domínio do crime organizado, que domina nosso país – PE (13/07).

Rota na rua! A certeza do bandido na prisão ou no caixão. Acordem políticos – SP (13/07).

Lugar de bandido é na cadeia, parabéns pelas denúncias, Márcio – SP (23/07).

Esses pedófilos tinham que ser castrados em praça pública- MG (05/08).

Datena: pena de morte pra esse safado, cadeia nele – DF (04/08).

Não é explicado qual o critério para a escolha das mensagens que serão exibidas, mas entendemos que um programa que se diz opinativo fique interessado ou apresente apenas o que lhe é conveniente para convencer o público de sua verdade. São mostradas mensagens enviadas de todas as partes do país, mais um recurso para atestar o seu alcance de audiência.

No que concerne à audiência, é importante ressaltarmos que o programa conta com vários anunciantes interessados, claro, num telespectador/consumidor para seus produtos. Dois, pelo menos, têm espaço durante a programação, quando aparece no canto da tela, o logo *Brasil Urgente*. Os demais anunciantes, dos mais diversos ramos de atividade, aparecem no intervalo comercial normal que dura entre três e seis minutos.

4.6 Discutindo as opiniões e a dramatização

De acordo com Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007), a crescente taxa de criminalidade no Brasil e a crise no modelo de gestão de segurança pública têm, como algumas explicações, as transformações demográficas e sociais (crescimento populacional, urbanização acelerada e desorganizada) por que o país passou, a falência do sistema de justiça criminal e a falta de base de dados confiável para saber onde aplicar políticas públicas para sanar os problemas. Isso reforça um modelo de gestão obsoleto e viciado que se transformou em mera retórica onde prevalece o discurso de que a segurança pública no Brasil é quase irremediável, além de criar sete mitos (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007) que pautam a discussão das políticas de segurança pública, a saber:

- 1) A segurança pública é caso de polícia;
- 2) É preciso uma polícia dura, os direitos humanos deveriam existir apenas para cidadãos de bem;
- 3) O problema é social, a polícia só pode enxugar gelo;
- 4) A questão é muito complexa, depende de toda a sociedade, e os governos pouco ou nada podem fazer;
- 5) O problema é meramente de falta de recursos; com mais dinheiro os problemas serão resolvidos;
- 6) Com mais viaturas e policiais resolveremos o problema;
- 7) Com o crescimento econômico o problema será resolvido.

Esses sete mitos acabam por estabelecer uma visão binária que opõe o fator Policial X Social e Recurso X Renda, resultando em empate onde as políticas públicas não saem das gavetas por falta de entendimento entre a sociedade, o poder público e o aparato policial. Além disso, há mais uma combinação que deixa estagnada a discussão sobre o modelo de gestão de segurança: de um lado, uma visão conservadora de alguns setores da sociedade (classificados enquanto de direita) que insiste na repressão policial como resolução para os problemas da violência e, de outro, setores à esquerda que têm uma visão anti-polícia, um dos resquícios da ditadura militar.

Pudemos observar que alguns desses mitos aparecem nos comentários apresentados no *Brasil Urgente*, principalmente os que reforçam que o problema da segurança é caso de polícia, além das menções freqüentes às falhas de nosso código penal, “O código penal de 70 anos atrás” (06/07).

Segundo Sérgio Adorno (2009), é sabido para muitas pessoas, que os crimes aumentaram, estão mais violentos e não são punidos, o que gera obsessivos desejos punitivos por parte da população e da imprensa. Verificamos, nos últimos anos, a horizontalização do crime – ele atinge todas as classes e todas as regiões; está generalizado. Segundo o autor: “Em um espaço, digamos, de vinte anos, teríamos transitado de uma crônica do crime como excepcionalidade para uma crônica do crime como cotidianidade”. (ADORNO, 1998, p. 228). O resultado dessa sensação de impunidade é uma receita que usa de violência para combater violência e cria um círculo vicioso perigoso para todos que dele participam: o Estado, a justiça, o cidadão e o encarcerado.

Tudo se passa como se bastassem leis justas e perfeitas para que o sistema de justiça criminal, nisto incluído o sistema penitenciário, pudesse funcionar de modo a atender suas demandas, as demandas da “opinião pública” e os requisitos de controle social eficaz. Permanecem intocáveis os pontos de estrangulamento e as zonas de tensão que fragmentam o sistema de justiça criminal em áreas descontínuas de competência, fragilmente integradas entre si, somente capazes de ofertar insegurança à população, em lugar de proteção. (ADORNO, 2008, p. 22).

Para Julita Lemgruber (2002), a influência da mídia na amplificação do medo não pode ser negligenciada e uma das usuais “bandeiras” veiculadas para resolver o problema da segurança no país – a pena de morte – é um equívoco, pois ela é tratada como uma solução mágica, uma medida disciplinadora que diminuiria, em pouco tempo, os crimes de maior gravidade. Além disso, temas como esse são pouco discutidos e quando o são, ocorrem em

círculos fechados como a academia, grupos de influência no governo e grupos de juristas, encobrindo ainda uma seletividade econômica da pena:

muito mais do que a gravidade do crime, é a capacidade ou não de pagar um bom advogado e de arcar com as imensas custas de um processo de pena de morte que determina a chance de alguém ser executado. Como se diz nos Estados Unidos, “só quem não tem capital recebe punição capital” (*only those without capital get capital punishment*). Não servindo para deter o crime, sendo cara, discriminatória e contendo alto risco de punir inocentes de forma irreversível, a pena de morte se presta, apenas, para satisfazer sentimentos coletivos de vingança e a legitimar a ideologia do “endurecimento”. Só quem acredita em soluções mágicas e demagógicas pode enxergar na punição capital um instrumento eficaz na luta contra a criminalidade e a violência. (LEMGRUBER, 2002, p.171).

O pedido constante de mudanças nas leis que aparece no programa, principalmente para que se tornem mais rígidas, aponta um fator de saturação da sociedade com o cotidiano de violência. No centro da questão permanece a esperança de que mudanças rápidas parem os assassinatos, os estupros, os assaltos e tragam uma vida mais tranqüila para as pessoas. No entanto, a radicalidade com que são vistas as leis, especialmente quando se propaga a idéia do “Cadeia neles”, esconde facetas importantes sobre a atual situação do sistema carcerário brasileiro como mostra Lemgruber:

Quem paga impostos neste país precisa entender que, por trás de tudo isso, está uma política de combate à criminalidade equivocada, que aposta no endurecimento da legislação penal como instrumento para garantir a nossa segurança e que tem despejado nas cadeias, com extrema rapidez, um número de presos muito superior àquele que o sistema de justiça criminal consegue digerir e colocar de volta na rua. Endurecimento da legislação penal significa mais gente na prisão, por mais tempo, e, como já se disse, não está demonstrado que aumentos nas taxas de encarceramento acarretem diminuições proporcionais nas taxas de criminalidade. Sabe-se, por outro lado, que quanto mais tempo alguém fica na cadeia, maiores suas chances de reincidir; conseqüentemente, as penas longas acabam alimentando a violência e o crime. (LEMGRUBER, 2002, p.184).

Os discursos veiculados pela televisão, uma mídia tradicionalmente nervosa, que desde seu nascimento está sempre controlando o tempo, precisa de linguagem rápida e acessível, por isso, não há espaço para grandes questionamentos. Na verdade o que ocorre não é tanto a falta de tempo e sim a falta de interesse em mostrar detalhes de algum assunto, pois é feita uma seleção do que é mais importante e do que é mais rentável, de acordo com o entendimento dos produtores da comunicação, para equilibrar informação e lucro, além de alimentar ideologias de quem está em posição de ser um formador de opinião.

É difícil definir quem é o sujeito de um discurso ou quem, numa mídia de massa, é o mentor da opinião divulgada. Aos sermos questionados sobre quem, de fato, tem a opinião

apresentada aos telespectadores: se é o programa *Brasil Urgente*, o apresentador Datena, a emissora BAND ou o proprietário do canal, entendemos que é de todos esses envolvidos, pois eles fazem parte de um mesmo grupo, organizado hierarquicamente e formados por uma linha editorial que rege toda a programação. Se no *Brasil Urgente* são enfatizadas determinadas opiniões, é exatamente porque seu formato difere de outros programas telejornais, ficando com uma linguagem mais explícita, ao mostrar-se enquanto telejornalismo policial e opinativo. Conforme explica Bourdieu (1997), o *campo* da comunicação não é livre e sofre influência de seus próprios agentes que estão em disputa:

há objetos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e se impõem aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de conseqüências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças. (BOURDIEU, 1997, p. 39).

Para Bourdieu (1997), o uso ordinário da televisão faz com que a imagem tenha o poder de produzir *o efeito de real*, ela faz ver e faz crer no que apresenta. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização social, faz existir idéias ou representações e também grupos. As notícias cotidianas podem estar carregadas de implicações político-ideológicas que são capazes de desencadear sentimentos fortes, implicando sempre uma construção social da realidade. Observemos que os apresentadores do programa reforçam a tese do “mundo real das imagens” ao fazerem referência à “grande realidade” (Datena) e à “realidade da vida” (Márcio Campos) depois das reportagens.

O programa *Brasil Urgente* ao utilizar uma linguagem e uma temática próxima das pessoas, o apelo emocional, os gestos, os cenários a postura e o carisma do apresentador, forma todo um ambiente propício à interação dramatizada que nos traz o interacionismo simbólico. No caso do telejornalismo comentado sobre a temática violenta no *Brasil Urgente*, a radicalidade e a teatralidade com que se coloca o apresentador é de praxe, pois é de se esperar que um tema grave que faz parte do cotidiano de ampla parcela da sociedade brasileira não possa ser tratado de maneira “suave”, caso contrário, a interação é afetada por um desencontro entre forma e conteúdo, o que faz a comunicação ficar “fora de lugar”. Para uma interação efetiva e eficiente, quando estamos interessados em representar um papel para alguém, temos que nos mostrar convincentes e realmente crer no que estamos passando ao outro, senão somos desacreditados e tidos como falsos, pois as pessoas já têm expectativas a nosso respeito e não esperam ser desapontadas.

De acordo com Goffman (2008):

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Conseqüentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. (GOFFMAN, 2008, p. 21).

Assim, todo o drama apresentado no programa faz sentido para àqueles que lhe assistem, pois as atuações dos apresentadores e repórteres mantêm uma coerência com a idéia central de mostrar a “realidade violenta” de nossos dias. O programa se aproveita do *consenso operacional*¹¹ sobre a violência, as leis e a política para enfatizar uma visão que está pulverizada na sociedade, ou seja, em resumo, de que a violência está incontrolável, as leis são fracas e precisam mudar e a política e os políticos são corruptos e inoperantes. Com isso, Datena e sua turma atendem a expectativas já consagradas dos telespectadores.

Charaudeau (2007), ao falar sobre a proximidade que a televisão cria com o público, diz:

no que concerne ao espaço, a mídia televisual pode criar a ilusão do contato entre instância de enunciação e instância de recepção – na representação pela imagem de uma situação face a face entre essas duas instâncias (a posição do apresentador do telejornal, diante da câmera, logo, diante do telespectador, simula o face a face da situação da interlocução). Tal como o rádio, a televisão pode recorrer a estratégias de interatividade (telefone, e-mail, sondagens imediatas etc.), mas sabe-se que essas, na realidade, produzem apenas um simulacro de contato, pois o receptor interveniente é imediatamente “fagocitado” pela encenação midiática. Apesar disso, há um efeito de contato, pois a televisão, ao utilizar-se de todos esses procedimentos, pode criar a ilusão de que representa o mundo dos acontecimentos tal como ele é; próximo ou distante, o mundo se torna presente, aumentando o efeito de ubiquidade; cria a ilusão de encarnação, que é suscetível de produzir: um efeito de autenticação do acontecimento (é o que a expressão “eu vi na televisão” significa). (CHARAUDEAU, 2007, p. 111).

Assim, a televisão se auto-legitima enquanto expositora do real, porque todo mundo pode “ver”, sentir e participar do que é exposto. A sua fluidez e seletividade passa despercebida com a mágica e efeitos fantásticos que lhe são inerentes e que a envolvem com o público.

¹¹ Conceito discutido na página 23.

5 Considerações finais

Este trabalho não se propôs a criticar a exposição de nossas mazelas sociais na mídia, mas sim a verificar algumas formas como isso é feito e como afeta a opinião dos cidadãos. Destacamos que para os limites desta pesquisa não foi considerada toda a ampla questão da violência e da segurança pública, focou-se no conteúdo das matérias e dos comentários apresentados no programa.

Analisando o conteúdo dos comentários sobre as notícias veiculadas no *Brasil Urgente* verificamos que a nossa hipótese se confirma, pois existe por parte do programa a transmissão de uma “opinião pública” ancorada no discurso da prestação de serviço que oferece uma visão negativa sobre a ação do Estado para combater a violência, ligada, principalmente, à idéia de inoperância dos políticos para aprovarem leis mais rígidas. As opiniões positivas (ou de elogio) se restringem a ações policiais bem-sucedidas aos olhos do apresentador e repórteres ou ao Ministério Público quando este toma uma decisão que agrada à equipe do telejornal, como ao cortar privilégios de presos.

Ao escolher um tema como a violência no Brasil, problema que afeta muitas pessoas e que já é “batido”, fica mais fácil para o programa interagir com o “povo” e apresentar sua opinião como unânime, pois a população já possui algumas idéias formadas a esse respeito e que são reforçadas pela televisão.

Por ter uma linguagem bem popular, diferente de outros programas que debatem o assunto violência com intelectuais, por exemplo, o entendimento é facilitado, as pessoas vêm gente como seus familiares, vizinhos e amigos opinando e relatando casos graves que afetam seu dia a dia. O apresentador fala coloquialmente e sem rodeios, em oposição ao discurso acadêmico ou intelectual, que fica mais no terreno da teoria e se distancia do discurso midiático (do programa), que é prático e mostra soluções para agora, contribuindo ainda mais para a compreensão e concordância do telespectador. As enquetes tendenciosas são mais uma forma de reforçar idéias pré-concebidas, o que aqui entendemos como *consenso operacional* sobre os problemas públicos do Brasil, especialmente a violência. O *Brasil Urgente* se adapta às novas tecnologias para fornecer amplas opções de participação às pessoas reafirmando, com isso, a importância que o público tem para o programa. Entendemos o *Brasil Urgente* como um *formador-massa*¹² de opinião que apresenta uma *corrente de opinião*¹³ sobre a violência bastante difundida na sociedade.

¹² Conceito trabalhado na página 16.

¹³ Conceito trabalhado na página 14.

Essas estratégias fazem com que o *Brasil Urgente* seja reconhecido enquanto popular, com opiniões coerentes com o que o povo quer e seu apresentador Datena como um amigo, ao qual acrescentamos a característica de ser um *dominador carismático*¹⁴, no sentido de que possui um público fiel a si, que assiste e participa do programa. Datena se mostra como entendedor dos dilemas do cidadão, porque é “gente do povo” igual aos seus telespectadores, grita verdades para as autoridades, se emociona com a dor alheia e vai atrás da resolução dos problemas, ajudando sempre a sociedade brasileira cansada de violência. Ele usa seu carisma e convence as pessoas de suas preocupações, sempre falando em nome de Deus, representando o papel de jornalista respeitável e responsável com seu público, como nas dramatizações cotidianas e idealizadas de que nos fala o interacionismo simbólico.

¹⁴ Conceito trabalhado na página 23.

Referências

ADORNO, Sérgio. **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. Políticas públicas de segurança e justiça penal. *In*: **Segurança pública**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. (Cadernos Adenauer, Ano 9, n. 4). p. 9-27.

AUGRAS, Monique. A formação da opinião pública. *In*: _____. **Opinião pública: teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 20-50.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In*: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 173-182.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Texto-Base. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. A invenção dos modos legítimos de exprimir a “opinião pública”. *In*: _____. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 43-83.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. *In*: CRUZ, M. V. G; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 141-176.

DAMATTA, Roberto. Os discursos da violência no Brasil. *In*: _____. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 175-197.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINI, Silvia. **O que é opinião pública**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *In: Opinião pública*, Campinas, Vol. 6, n. 2, 2000. p. 167-186.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: 12/06/2009.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana**. Estudo de caso do programa Brasil Urgente. 2007. 118 p. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

LEMGRUBER, Julita. O controle da criminalidade: mitos e fatos. *In: OLIVEIRA, Nilson Vieira*. (Org.). **Insegurança pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 155-185.

MENDONÇA, José Ricardo Costa de. Interacionismo simbólico: uma sugestão metodológica para a pesquisa em administração. *In: REAd*: Revista eletrônica de administração, Porto Alegre, Edição 26, V. 8, n.2, mar/abr 2002. p. 1-23.

MIGUEL, Luiz Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *In: Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

_____. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano, 2002.

MOBILE NEWS. **Glossário de Mobile Marketing**. Disponível em: <<http://www.mobilenews.com.br/index.cfm?fa=contentGeneric.lctfyysdskvfzfeq#Twitter>>. Acesso em 11/11/2009.

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO. **Brasil Urgente**. Disponível em: <<http://www.band.com.br/brasilurgente/sobre.asp?ID=14>>. Acesso em 30/06/2009.

ROCHA, Simone Maria. Análise de conteúdo articulada à análise de gênero televisivo: propostas metodológicas para a interpretação das representações nas narrativas midiáticas. *In: Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. São Leopoldo, V. 10, n.2, mai/ago 2008, p. 121-134.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. *In: Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, V. 9, 1998, p. 189-200.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. *In: SILVA, A. S. e PINTO, J. M. (org.). Metodologia das ciências sociais*. 8ª ed. Porto: Afrontamento, 1986. p. 101-128.

WEBER, Max. **Max Weber: Sociologia**. COHN, Gabriel (Org.). 7ª ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.